

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S.A.**, empresa de economia mista integrante da Administração Pública Indireta do Município de Curitiba, criada em 21 de agosto de 1963 e hoje se coloca como uma das maiores empresas com capacidade técnica, operacional e institucional em seu segmento, é a entidade responsável pela viabilização e implantação de Projetos e Programas de Regularização Fundiária das áreas objeto da implantação da Cidade Industrial de Curitiba e de ocupação irregular, atuando na geração, comercialização e transferência de domínio e posse aos seus ocupantes, garantindo assim a ordenação regular do espaço urbano do Município. Sua missão está ligada à coordenação das políticas públicas que visam promover essa regularização fundiária para as empresas, pessoas e instituições que porventura se instalaram na cidade, principalmente àquelas assentadas nas áreas de sua propriedade, oriundas da implantação do pólo Industrial de Curitiba.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da **CURITIBA S.A.** apresenta-lhes o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Alinhado com o nosso compromisso de qualidade e transparência na divulgação de informações, além das demonstrações contábeis requeridas pelas normas, estamos apresentando um conjunto de informações complementares, denominadas demonstrações financeiras consolidadas, as quais apresentam resultados de maneira mais detalhada e eficiente.

Para a elaboração deste relatório com informações consistentes e alinhadas às expectativas dos cidadãos e acionistas, a **CURITIBA S.A.** levou em conta a análise de materiais, consulta e pesquisas com os principais públicos de interesse da Companhia.

A empresa com sede em Curitiba (PR), tem como seu maior acionista a Prefeitura Municipal de Curitiba (99,99% das ações ordinárias). Com capacidade de operação da regularização fundiária de 1.100.000,00 metros quadrados anuais, a **CURITIBA S.A.** é a maior empresa de geração de títulos de propriedade regular do estado do Paraná. Sua capacidade de desenvolvimento vem de fontes como conhecimento técnico, equipe especializada e elevado rendimento produtivo por escala. No segmento, considerando o espaço da Cidade, a **CURITIBA S.A.** cobre uma área correspondente a aproximadamente 10% do território do município, contribuindo para a qualidade de vida de mais 200 mil curitibanos, por meio de uma rede de interação com outros agentes públicos, trabalhando de forma constante na busca de fontes alternativas e na criação de novos modelos de assentamento regular.

No exercício de 2016, a **CURITIBA S.A.** colheu os frutos do seu posicionamento em relação a administração cautelosa de suas despesas, composto por gastos amadurecidos e consciente da atual situação financeira da administração pública em geral. Entre outros destaques, temos a evolução de desempenho em seus projetos de regularização fundiária na Cidade Industrial de Curitiba, para atendimento das necessidades da população e das empresas lá instaladas, aprimorando ainda mais seu potencial de expansão em novos e desafiadores projetos que auxiliam o município no seu desenvolvimento econômico e institucional.

A regularização fundiária é o programa principal da Companhia e o continuou sendo no ano de **2016**. Atuamos prioritariamente, por meio da Coordenação de Projetos, na construção de novos projetos, mantendo nossos compromissos de responsabilidade social e ambiental nos programas nos quais executamos, e ainda na operação e manutenção daqueles já existentes. Assim, foram desenvolvidos e elaborados 44 (quarenta e quatro) novos Projetos, totalizando mais de 1.000.000,00 m² de novas áreas a serem regularizadas, com os quais beneficiaremos 74 (setenta e quatro) novas empresas. Considerando os projetos já em andamento, a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A, por seus Projetos de Regularização Fundiária, tramitou em processos, internamente e externamente, em torno de 3,83 milhões em metros quadrados de áreas passíveis de regularização, beneficiando 700 (setecentas) empresas/instituições instaladas dentro da Cidade Industrial de Curitiba.

O gráfico 1 mostra a evolução da quantidade de metros regularizados desde 2009, e o gráfico 2 tem como finalidade mostrar a quantidade de empresas que foram beneficiadas durante esses anos.

Gráfico 1 - Áreas Regularizadas em m²

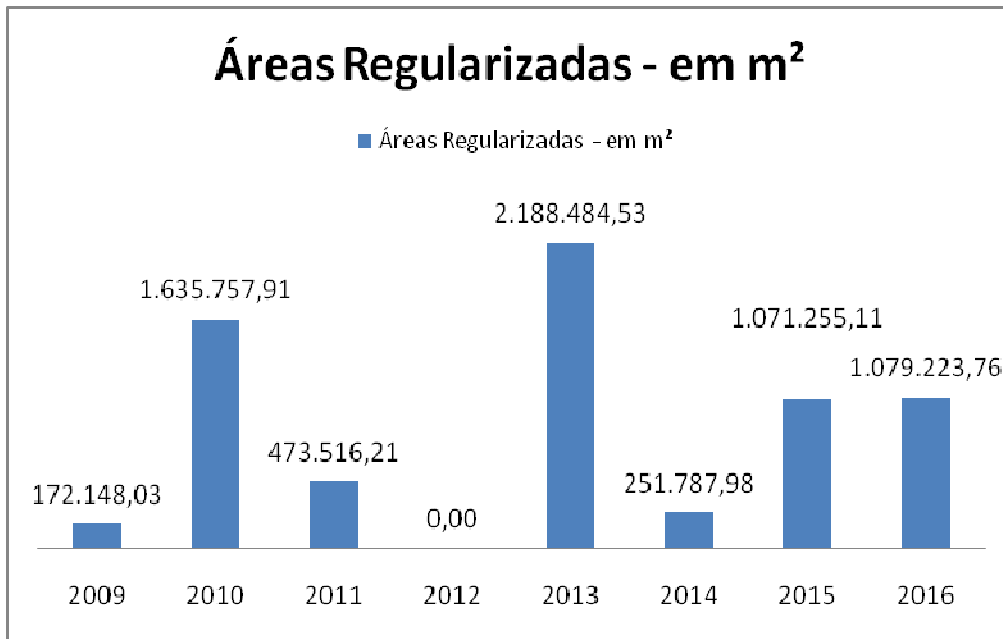
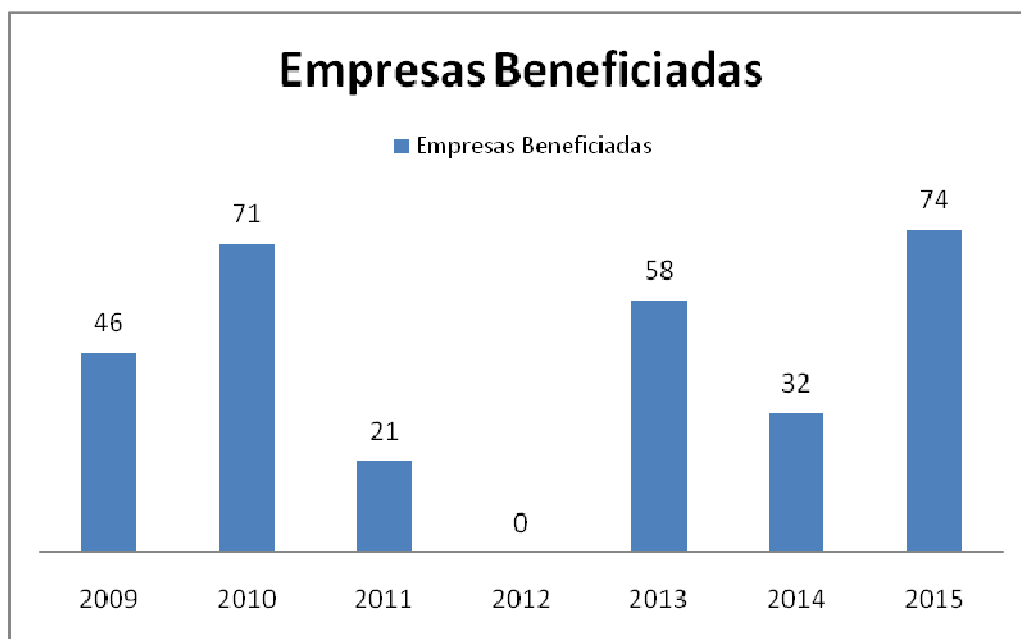


Gráfico 2 - Empresas Beneficiadas



Como visto nos demonstrativos financeiros apresentados, acompanhando o crescimento da sua base técnica, a **CURITIBA S.A.** mantém a disciplina de custos e despesas e a busca de eficiência operacional. O nível de endividamento da Companhia e a manutenção de caixa financeiro colocam a empresa em posição vantajosa em comparação com as outras entidades municipais de Curitiba.

Durante o ano de 2016, foram desenvolvidos diversos projetos estruturantes em tecnologia, processos e gestão de pessoas. No plano de tecnologia, fortalecemos os nossos controles de automação e fizemos a implantação do módulo de controle de Almoxarifado no Sistema de Gestão Pública Municipal. Fortalecemos o nosso grupo de gestão de processos, almejando aprimorar a gestão de processos administrativos e operacionais.

No primeiro semestre de 2016, a Diretoria esteve focada em reorganizar a sua estrutura organizacional e operacional, bem como, em seus controles internos, visando ainda mais equacionar sua difícil situação financeira. Os custos operacionais e administrativos foram estabilizados nos últimos exercícios. O Patrimônio Líquido foi fortemente impactado pelos lançamentos contábeis decorrentes da remissão da dívida com o Estado do Paraná, e agora está perto de um patamar adequado e compatível às suas operações.

De forma a acompanhar as diretrizes e o cenário municipal, o início do ano de 2016 foi marcado pelo estabelecimento de prioridades partindo para o alcance de pelo menos três desafios centrais: alcançar a estabilidade orçamentária, promover o ajuste fiscal da Companhia e atingir o equilíbrio operacional.

Esse cenário norteou também as diretrizes do Governo Municipal no qual a Companhia se insere, e um conjunto de ações voltadas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro foram adotadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba. A Companhia naturalmente foi envolvida neste contexto, tendo em vista o Governo Municipal é seu acionista majoritário e também seu principal cliente.

Tal redução demandou da Diretoria Executiva esforços para a manutenção da credibilidade e cumprimento da missão institucional, priorizando o atendimento ao cidadão e as empresas. Embora o impacto econômico-financeiro para a companhia tenha sido significativo, em nenhum momento houve prejuízos aos seus projetos de regularização e por extensão ao seu público alvo, como se pode observar pela manutenção e contínuo andamento dos processos de regularização fundiária. A **CURITIBA S.A.** adotou medidas internas de gestão de seus recursos que promoveram, diante da escassez orçamentária momentânea, uma racionalização sustentável que obedeceu um plano de ações.

A partir dessas premissas, aliado aos resultados da eficácia do plano de ajuste financeiro, foi possível o cumprimento das obrigações financeiras, trabalhistas, tributárias e com fornecedores, o que culminou ao término do exercício num resultado econômico-financeiro positivo do ponto de vista da superação de seus desafios e da promoção de suas realizações.

O foco positivo foi mantido no esforço de promover uma gestão de sustentabilidade dos princípios legais, econômicos e financeiros e de seus recursos humanos e notadamente no atendimento aos seus acionistas e da sociedade como um todo.

WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA

Diretor Presidente da CURITIBA S.A.

MATEUS MARANHÃO RAMOS

Diretor Administrativo e Financeiro da CURITIBA S.A.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A**BALANÇO PATRIMONIAL**

(Em Milhares de Reais – R\$)

ATIVO

	NE	2016	2015
CIRCULANTE		87.616	173.395
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	750	1.721
Contas a receber de clientes	05	3.559	4.037
Propriedade para Investimento	06	27.407	27.442
Contas a receber – Município de Curitiba	07	55.393	55.422
Impostos a Recuperar		-	1
Agência de Fomento do Paraná	08	-	84.328
Outros créditos		507	444
NÃO CIRCULANTE		2.687	2.943
Realizável à Longo Prazo		645	851
Contas a receber de Clientes	05	317	302
Depósitos Judiciais/Extrajudiciais		328	549
Investimentos	09	1.911	1.911
Imobilizado	09	57	72
Intangível	09	74	109
TOTAL DO ATIVO		90.303	176.338

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A**BALANÇO PATRIMONIAL**

(Em Milhares de Reais – R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>NE</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTE		3.757	392.439
Empréstimos e Financiamentos	10	-	389.091
Fornecedores e Contas a Pagar		71	63
Obrigações Trabalhistas e Sociais		323	333
Obrigações Fiscais	11	84	89
Adiantamento de clientes		2.954	2.538
Outras Obrigações		325	325
NÃO CIRCULANTE		149.584	142.224
Tributo s/Venda de Estoques de Áreas		28	18
Provisão para contingências	12	29.666	30.146
Contas a Pagar – Município de Curitiba	13	119.890	112.060
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(63.038)	(358.325)
Capital Social	15	89.147	89.147
Reserva de Incentivos Fiscais	16	511.477	-
Prejuízos Acumulados	17	(663.662)	(447.472)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		90.303	176.338

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Milhares de Reais – R\$)

	<u>NE</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		4.053	7.366
Comercialização de Imóveis e prestação de serviços		4.053	7.366
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(400)	(608)
Impostos sobre vendas e outras deduções		(400)	(608)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		3.653	6.758
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS		(61)	(559)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		3.592	6.199
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		507.885	(16.094)
Gerais e Administrativas		(6.502)	(6.310)
Outras Receitas (despesas)		640	130
Receita de Subvenções p/Investimento	18	557.639	-
Reversão de Provisões		480	491
Receitas Financeiras		207	349
Despesas Financeiras	19	(44.579)	(10.754)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		511.477	(9.895)
PREJUÍZO POR AÇÃO			(0,111)

Não há outros resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior
As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em Milhares de Reais – R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ajustes no Lucro Líquido		
Prejuízo Líquido do Exercício	511.477	(9.895)
Depreciações e Amortizações	53	55
Resultado da Venda do Imobilizado	-	1
Contingências	(259)	(306)
Ajuste de Exercícios Anteriores	(216.190)	-
Lucro Líquido Ajustado	295.081	(10.145)
Variações de Ativos e Obrigações		
Redução (Aumento) Contas a Receber de Clientes	462	1.054
Redução (Aumento) Imóveis a Comercializar	35	(516)
Redução (Aumento) Impostos a Recuperar	1	4
Redução (Aumento) Outros Créditos	84.293	409
Aumento (Redução) Fornecedores	8	(244)
Aumento (Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	(10)	(25)
Aumento (Redução) Obrigações Fiscais	6	50
Aumento (Redução) Adiantamentos de clientes	416	451
Aumento (Redução) Outras obrigações	(389.091)	(597)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(8.799)	(9.559)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição do Imobilizado/Intangível	(2)	(5)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	(2)	(5)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Parcelamento de tributos	-	-
Adiantamento para aumento de capital	-	-
Aumento (Redução) Financiamentos	7.830	10.626
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	7.830	10.626
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	(971)	1.062
Caixa e equivalente a caixa no início do exercício	1.721	659
Caixa e equivalente a caixa no final do exercício	750	1.721
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	(971)	1.062

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Milhares de Reais – R\$)

	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Ajuste de Exercícios Anteriores	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2014	89.147			(437.578)	(348.431)
Integralização de capital					
Prejuízo líquido do Exercício				(9.895)	(9.895)
Reservas de Capital					
Saldos em 31/12/2015	89.147			(447.472)	(358.325)
Integralização de capital					
Reserva de Incentivos Fiscais		511.477			511.477
Ajustes de Exercícios Anteriores			(216.190)		(216.190)
Saldos em 31/12/2016	89.147	511.477	(216.190)	(447.472)	(63.038)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares reais – R\$).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A**, empresa de economia mista integrante da Administração Pública Indireta do Município de Curitiba, criada em 21 de agosto de 1963 e hoje se coloca como uma das maiores empresas com capacidade técnica, operacional e institucional em seu segmento, é a entidade responsável pela viabilização e implantação de Projetos e Programas de Regularização Fundiária das áreas objeto da implantação da Cidade Industrial de Curitiba e de ocupação irregular, atuando na geração, comercialização e transferência de domínio e posse aos seus ocupantes, garantindo assim a ordenação regular do espaço urbano do Município. Sua missão está ligada à coordenação das políticas públicas que visam promover essa regularização fundiária para as empresas, pessoas e instituições que porventura se instalaram na cidade, principalmente àquelas assentadas nas áreas de sua propriedade, oriundas da implantação do pólo Industrial de Curitiba.

A empresa com sede em Curitiba (PR), tem como seu maior acionista a Prefeitura Municipal de Curitiba (99,99% das ações ordinárias). Com capacidade de operação da regularização fundiária de 1.100.000,00 metros quadrados anuais, a CURITIBA S.A. é a maior empresa de geração de títulos de propriedade regular do estado do Paraná. Sua capacidade de desenvolvimento vem de fontes como conhecimento técnico, equipe especializada e elevado rendimento produtivo por escala. No segmento, considerando o espaço da cidade, a CURITIBA S.A. cobre uma área correspondente a aproximadamente 10% do território do município, contribuindo para a qualidade de vida de mais 200 mil curitibanos, por meio de uma rede de interação com outros agentes públicos, trabalhando de forma constante na busca de fontes alternativas e na criação de novos modelos de assentamento regular.

Com valores claros e efetivos, a Companhia vem trabalhando ao longo de sua história de maneira eficiente e participativa na vida das pessoas e instituições, e continua aprimorando as suas práticas empresariais pautadas pela ética, transparência e responsabilidade social e ambiental. Seu objetivo é

auxiliar no estabelecimento de um plano de ação para futuros projetos e ações que envolvam a sustentabilidade territorial, avaliando os aspectos mais relevantes para a continuidade da promoção da cidadania, sob o ponto de vista tanto da empresa quanto da sociedade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e estão sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposições em contrário.

BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os normativos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer ainda, que a Administração da Companhia julgue da maneira mais apropriada a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações financeiras e os seus efeitos são apresentados na nota explicativa nº. 3.

Todos os valores são apresentados em milhares de reais, exceto de outro modo indicado.

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das categorias discutidas abaixo, dependendo da finalidade.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

Aplicações financeiras

Estão representadas pelos valores aplicados mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Contas a receber

Esses ativos são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Surgem principalmente pela provisão de recebimento de recursos. São inicialmente reconhecidos ao valor presente, menos a provisão para impairment, se aplicável.

As provisões para impairment são reconhecidas quando houver evidência objetiva (como dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte, inadimplência ou atraso significativo no pagamento)

que a Companhia será capaz de cobrar todos os valores devidos no termo a receber, sendo o valor dessa provisão a diferença entre o valor contábil líquido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros associados aos valores a receber que sofreram impairment. Para as contas a receber, que são registradas pelo valor líquido, essas provisões são registradas como uma conta retificadora separada, sendo o prejuízo reconhecido dentro de despesas administrativas na demonstração do resultado. Na confirmação de que as contas a receber de clientes não serão cobráveis, o valor contábil bruto do ativo é baixado contra provisão associada.

PASSIVOS FINANCEIROS

A Companhia classifica seus passivos financeiros em uma das categorias discutidas abaixo, dependendo do objetivo para o qual o passivo foi adquirido.

Empréstimos

Os empréstimos são passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Eles são incluídos como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão de balanço (estes são classificados como passivos não circulantes).

Outros Passivos Financeiros

Outros passivos financeiros incluem as contas a pagar a fornecedores e outros passivos monetários à curto prazo, inicialmente reconhecidos ao valor presente e subsequentemente contabilizados ao custo amortizado utilizando o método de taxa de juros em vigor.

ESTOQUES

Os estoques inicialmente reconhecidos ao custo e, subsequentemente, ao menor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui todos os custos de aquisição e conversão, e outros custos incorridos para colocar os estoques em sua localização e condição atuais.

IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente se for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº. 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais" na demonstração do resultado.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos o custo de venda e o seu valor de uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais bai-

os para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UCG)). Os ativos financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valores incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social no período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

RECONHECIMENTO DA RECEITA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. O reconhecimento da receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS ESSENCIAIS

A Companhia realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas.

4. DISPONIBILIDADES

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Banco conta movimento	39	1.655
Aplicações Financeiras	<u>711</u>	<u>66</u>
	<u>750</u>	<u>1.721</u>

5. CONTAS A RECEBER – CLIENTES

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Clientes	3.876	4.339
(-) Parcela de longo prazo	<u>(317)</u>	<u>(302)</u>
	<u>3.559</u>	<u>4.037</u>

Esta rubrica registra o montante relativo às parcelas de curto e longo prazo dos contratos de compra e venda de imóveis firmados com a Companhia.

6. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Terrenos	49.876	49.936
Provisão para desvalorização do estoque	<u>(22.469)</u>	<u>(22.494)</u>
	<u>27.407</u>	<u>27.442</u>

7. CONTAS A RECEBER – MUNICÍPIO DE CURITIBA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Convênio de Cooperação – J. Malucelli	55.393	55.393
Contrato 20.295 – Novação Dívida	<u>-</u>	<u>29</u>
	<u>55.393</u>	<u>55.422</u>

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO – J. MALUCELLI

Valores a receber do Município de Curitiba, decorrentes de convênio de cooperação entre a Curitiba S.A. e o Município de Curitiba, firmado em 25 de fevereiro de 2000, que tem por objeto a execução de obras que representam um incentivo ao desenvolvimento econômico do Município de Curitiba, visando à implantação de atividades nos diversos setores produtivos, inclusive no “Linhão de Emprego”, através de obras de pavimentação, drenagem, obras de artes especiais, paisagismo e sinalização em vias consideradas relevantes para o sistema viário da cidade.

O valor de R\$ 55.393 mil registrado no ativo circulante (idem em dezembro de 2015) é relativo às obras já implantadas pela Companhia e executadas pela J. Malucelli Construtora de Obras, vencedora do processo licitatório,

8. AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ – CONTRATO CIC/SEFA.

Esta rubrica registrava no ano de 2015 o montante de R\$ 84.328, relativo ao ressarcimento de créditos relativos ao contrato original de empréstimo, contraído junto ao extinto BADEP. O referido contrato foi absorvido pela Agência de Fomento do Paraná S.A. – contrato CIC/SEFA. O direito ao crédito, registrado contabilmente em 2005, decorre de Convênio e Acordo Judicial firmado entre o Governo do Estado do Paraná e a Companhia em 30 de setembro de 1991. Em dezembro de 2016 efetuamos a baixa deste valor em função da aceitação pela Companhia, da remissão da dívida concedida pela Lei Estadual nº. 16.348 de 22 de dezembro de 2009.

9. INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.

	Taxa anual depreciação/amortização (%)	Custo histórico corrigido	Depreciação acumulada	Saldo residual 2016	Total líquido Saldo residual 2015
Terreno área Parque Barigui		1.911		1.911	1.911
Máquinas e Equipamentos	10	152	(130)	22	28
Móveis e Utensílios	10	152	(117)	35	44
Veículos	20	395	(395)	-	-
Computadores e periféricos	20	205	(205)	-	-
Softwares	25	177	(103)	74	109
		2.992	(950)	2.042	2.092

Imobilizado – Impairment

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que a Companhia não identificou a necessidade de revisar a vida útil dos mesmos, face à imaterialidade do Ativo Imobilizado sobre o seu Ativo Total, bem como de não indícios que seus bens estejam registrados a valores superiores ao valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Até a data de aprovação das demonstrações financeiras não foram identificadas perdas por impairment.

O imobilizado está livre de ônus e/ou garantias, exceto quando atrelado ao seu próprio financiamento.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos	2016	2015
Agência de Fomento do Paraná S.A. – CIC/PMC/FDE	IPC – FIPE + 7%a.a	-	113.234
Agência de Fomento do Paraná S.A. – CIC/SEFA	IPC – FIPE + 7%a.a	-	84.328
Agência de Fomento do Paraná S.A. – CIC/BANESTADO	IPC – FIPE + 7%a.a	-	191.529
		-	389.091

Mediante convênio celebrado em 30 de setembro de 1991, entre os governos do Estado do Paraná e do Município de Curitiba juntamente com a administração da Curitiba S.A., e adicionalmente através de acordo celebrado em 15 de janeiro de 1998 com o Banco do Estado do Paraná, através da Escritura Pública de Dação de pagamento, houve a consolidação da dívida mantida por esta junto ao Banco do Estado do Paraná.

A amortização do empréstimo na rubrica Agência de Fomento do Paraná S.A. – contrato CIC/SEFA é de responsabilidade do Governo do Estado do Paraná. Conforme acordo judicial de 1991, a dívida ficará em nome da Curitiba S.A., porém não ocorrendo alocação de recursos por parte do Estado do Paraná a Companhia ficaria desobrigada e desonerada dos pagamentos previstos.

Em garantia dos financiamentos foram cedidos imóveis a comercializar. Adicionalmente, em decorrência do convênio celebrado, a Agência de Fomento do Paraná S.A. conta com o aval da Prefeitura Municipal de Curitiba sobre a totalidade dos débitos mantidos pela Curitiba S.A. Em decorrência de acordo entre a renegociação dos saldos devedores, a credora descontinuou o reconhecimento dos encargos financeiros contratuais.

Em 22 de dezembro de 2009, foi publicada no Diário Oficial do Paraná a Lei nº. 16.348, que concede remissão dos débitos das Companhias de Desenvolvimento Municipais, com citação expressa da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, para o Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE e com os denominados ativos provenientes do processo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná S.A. ambos de titularidade do Estado do Paraná. Fica ainda a Agência de Fomento do Paraná S.A., na qualidade de gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico – e dos denominados ativos, autorizada a proceder aos ajustes financeiros e contábeis em decorrência da remissão de dívidas autorizadas pela lei supracitada.

A Administração da Companhia, amparada por extensos estudos e considerando as características dos recursos recebidos e a destinação dos mesmos para fins de implantação do pólo industrial do Município, caracterizou a operação como Subvenção p/Investimentos, e autorizou a baixa dos referidos débi-

tos após o encerramento dos processos judiciais, o que se deu mediante acordo entre Curitiba S.A, Município de Curitiba e Estado do Paraná.

Em dezembro de 2016 efetuamos a baixa da referida dívida em função da aceitação da remissão junto a Agência de Fomento do Paraná S.A. e do encerramento dos processos judiciais.

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pasep	15	16
Cofins	67	71
IRRF, CSLL, Pis, Pasep e Cofins retido na fonte	2	1
ISS retido na fonte	-	1
	<u>84</u>	<u>89</u>

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com ações em curso, como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contingências trabalhistas	369	849
Contingências cíveis	<u>29.297</u>	<u>29.297</u>
Valor Líquido	<u>29.666</u>	<u>30.146</u>

Conforme requerido pelas práticas contábeis brasileiras (NBC TG 25), os valores de processos cujas probabilidades de perda são consideradas pelos assessores jurídicos como possíveis e remotas, não são passíveis de provisão e, portanto, tais valores não estão refletidos nas demonstrações contábeis da Companhia. Os valores envolvidos na maior parte serão desembolsados pelo controlador – Prefeitura Municipal de Curitiba.

13. CONTAS A PAGAR – MUNICÍPIO DE CURITIBA

O saldo registrado no passivo corresponde à amortização dos empréstimos junto à Agência de Fomento do Paraná S.A. – contrato CIC/PMC – FDE e CIC/BANESTADO, realizado conforme acordos anteriores, pelo acionista majoritário da Companhia, a Prefeitura Municipal de Curitiba, gerando a cada pagamento um crédito a este acionista. Em 31 de Dezembro de 2016, consta contabilizado o montante de R\$ 119.890 como Contas a Pagar.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Não foram constituídas provisões para imposto de renda e contribuição social, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social nestes exercícios. A Companhia apresenta estoque de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Não foram registrados os créditos tributários sobre esses prejuízos fiscais uma vez que sua realização depende de eventos futuros, não sendo praticável estimar qual o período necessário para sua realização.

15. CAPITAL SOCIAL

O Capital social, subscrito e integralizado em 2016, está dividido em 89.147.260 de ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando o montante de R\$ 89.147.

16. RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS

Lei 16.348/2009 – Remissão de débitos – Agência de Fomento do Paraná S.A.

Com a publicação no Diário Oficial do Paraná a Lei nº. 16.348 em 22 de dezembro de 2009, que concede remissão dos débitos das Companhias de Desenvolvimento Municipais, com citação expressa da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, para o Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE e com denominados ativos provenientes do processo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná S.A., ambos de titularidade do Estado do Paraná. Fica ainda a Agência de Fomento do Paraná S.A., na qualidade de gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico – e dos denominados ativos, autorizada a efetuar os ajustes financeiros e contábeis em decorrência da remissão de dívidas autorizadas pela lei supracitada.

Conforme explicado na nota 10 e na nota 18, a Administração da Companhia caracterizou esta remissão como subvenção p/ Investimentos. O artigo 2º da lei nº. 11.638/2007, incluiu o artigo 195-A na Lei 6.404/1976, o qual dispõe que a destinação da parte do lucro líquido que vem das doações ou subvenções governamentais poderá ser transferida para a conta de reserva de incentivos fiscais, a qual será constituída através de assembléia geral, e que o saldo desta reserva poderá ser excluído da base de cálculo do dividendo obrigatório. O artigo 30 da Lei 12.973/2014 determina que os valores registrados como reserva de incentivos fiscais não serão computadas na determinação do lucro real e o artigo 54 diz que não integrarão a base de cálculo do PIS e da COFINS no regime não cumulativo.

O valor de R\$ 511.477 refere-se ao lucro do exercício, o qual foi transferido para Reserva de Incentivos Fiscais conforme legislação explanada acima.

17. PREJUÍZOS ACUMULADOS

Prejuízos Acumulados Anos Anteriores	447.472
Ajuste de Anos Anteriores	<u>216.190</u>
Total	663.662

A Companhia efetuou durante o exercício uma mudança no critério de contabilização dos empréstimos e financiamentos. Os valores da mesma não estavam sendo atualizados em razão das ações judiciais, e posteriormente pela publicação da Lei nº. 16.348 de 22 de setembro de 2009, a qual concedeu o perdão dos financiamentos. Verificou-se através de informação emitida pela Agência de Fomento do Paraná S.A. que os contratos estavam sendo atualizados. O efeito desta atualização foi de R\$ 216.190 mil, debitados a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores no grupo Prejuízos Acumulados.

18. RECEITAS DE SUBVENÇÕES P/INVESTIMENTO

Em função da remissão dos débitos da Companhia pelo Estado do Paraná através da Lei Estadual 16.348 de 22 de dezembro de 2009, e sua conseqüente aceitação pela empresa, foram realizados extensos estudos visando operacionalizar as baixas nos registros contábeis. Segundo as características dos recursos e a destinação dos mesmos, especificamente porque este recurso foi utilizado para a implantação do pólo industrial na Cidade Industrial de Curitiba – CIC, os mesmos concluíram tratar-se de subvenção para investimentos em conformidade com a Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.

A administração da Companhia, através da 199ª RCA autorizou a operação contábil, sendo a mesma registrada em dezembro de 2016, devidamente atualizada. Esta operação esta sendo demonstrada no DRE – Demonstrativo de Resultado do Exercício, na rubrica Receitas de Subvenções para Investimentos, no montante de R\$ 557.639.

Assim caracterizada e com intuito de resguardar a empresa de posicionamento ou de interpretação diversa da adotada pela Companhia, foi intentada ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária e não incidência de tributos perante a Justiça Federal do Paraná. Esta medida judicial esta amparada na legislação aplicável e em vasta doutrina e jurisprudência.

19. DESPESAS FINANCEIRAS

Atualização Empréstimos e Financiamentos	36.685
Atualização Contas a Pagar – Município de Curitiba	7.830
Outras atualizações do Passivo Circulante e Não Circulante	64
Total	44.579

O valor de R\$ 36.685 refere-se a atualização dos empréstimos e financiamentos no ano de 2016, visto que os mesmos não estavam sendo corrigidos conforme explicado na nota 17. Os outros valores referem-se a atualizações de outras contas do passivo circulante e não circulante, conforme demonstrado no quadro acima.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro contratadas junto às seguradoras que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Alpha de Previdência e Assistência Social, entidade fechada de previdência privada constituída sob forma de sociedade civil, com finalidade de complementar os respectivos benefícios previdenciários. Entretanto, devido à inexistência de déficits e responsabilidades correlatas (planos de contribuição e/ou benefícios definidos) da Companhia à referida Fundação, nenhuma provisão foi constituída, conforme determinado pela Deliberação CVM nº. 371 de 13 de dezembro de 2000.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Com conseqüência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de mercado estimados.

a. Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/2008, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 estão identificados a seguir:

	Saldo Contábil	Valor de mercado (não auditado)
Caixa e equivalente de caixa	750	750
Contas a receber de clientes	3.559	3.559
Contas a receber – Município de Curitiba	55.393	55.393
Contas a Pagar – Município de Curitiba	(119.890)	(119.890)

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nº 02/17

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S/A.

Curitiba/PR
14 de Março de 2017.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

1) Conforme nota explicativa nº 7 o saldo de 55.392.607,66 registrado na conta "Convênio de Cooperação J.Malucelli" se refere ao crédito pendente de regularização desde o ano de 2000 por meio do convênio nº 12.559 com a PMC (Prefeitura Municipal de Curitiba), a PMC não reconhece a dívida, destaca-se que o valor debitado no Ativo se refere aos pagamentos efetuados a empreiteira contratada na época para execução de obras em diversos setores produtivos, inclusive "Linhão do Emprego" como obras de pavimentação, drenagem, obras de arte especiais, paisagismo e sinalização, diante dos fatos concluímos que o referido registro não é Ativo mais sim uma despesa, a referida ativação da despesa supevaloriza o Ativo, logo as demonstrações nesse aspecto estão incorretas.

2) Conforme nota explicativa nº 10 e 18 a companhia baixou o saldo do grupo "credores diversos" registrado no passivo, o saldo deste grupo em 31/12/2015 era de R\$ 389.090.941,94, em função da remissão dos débitos da Companhia pelo Estado do Paraná através da Lei Estadual 16.348 de 22 de dezembro de 2009, e sua consequente aceitação pela companhia, foram realizados extensos estudos visando operacionalizar as baixas nos registros contábeis. Segundo as características dos recursos e a

destinação dos mesmos, especificamente porque este recurso foi utilizado para a implantação do pólo industrial na Cidade Industrial de Curitiba – CIC, a auditada concluiu que trata-se de subvenção para investimentos em conformidade com a Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964. A companhia, através da 199ª RCA autorizou a operação contábil, sendo a mesma registrada em dezembro de 2016, devidamente atualizada. Esta operação esta sendo demonstrada no DRE – Demonstrativo de Resultado do Exercício, na rubrica Receitas de Subvenções para Investimentos, no montante de R\$ 557.639,074,10 (atualizados até a data do reconhecimento). Assim caracterizada e com intuito de resguardar a empresa de posicionamento ou de interpretação diversa da adotada pela Companhia, foi ingressada ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária e não incidência de tributos perante a Justiça Federal do Paraná. A auditoria independente dever opinar sobre os eventos passados e presentes limitados até a data da realização da auditoria e limitados ainda ao escopo de trabalho bem como a legislação vigente. Em relação ao tratamento contábil da receita de subvenção para investimento podemos afirmar que estão em harmonia com o NBC TG (R1) nos itens 12, 15B, Art. 195-A da lei 6406/76 e Lei 12.973/14, desde que atendidos os requisitos para subvenção. Quanto ao tratamento do perdão de dívida obtido através da Lei Estadual 16.348 de 22 de dezembro de 2009 e consequentemente o tratamento desse fato como receita de subvenção para investimento destacamos primeiramente que não houve aceite por parte do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico, ou seja, não houve até o momento expedição de baixa da dívida por parte da FDE. Em relação à subvenção governamental, podemos afirmar que não é o mesmo que perdão de dívida e com base NBC TG (R1) mais especificadamente os itens 7, 8, 12, 15A, entendemos que não há evidências de que o perdão de dívida é subvenção para investimento até que transite em julgado a presente ação declaratória.

3) Conforme nota explicativa nº 13 o saldo contábil da conta “Município de Curitiba” em 31 de Dezembro de 2016 é de R\$ 119.889.654,99, circularizamos o credor obtendo a confirmação do saldo. O saldo registrado no passivo corresponde à amortização dos empréstimos junto à Agência de Fomento do Paraná S.A. – contrato CIC/PMC – FDE e CIC/BANESTADO, realizado conforme acordos anteriores, pelo acionista majoritário da Companhia, a Prefeitura Municipal de Curitiba, gerando a cada pagamento um crédito a este acionista, constatamos que o saldo devedor é oriundo de exercícios anteriores e não há contrato de empréstimo entre as partes, a companhia vem atualizando o saldo desta dívida desde o ano de 2.000 conforme controle auxiliar, em 2016 gerou uma despesa de R\$ 7.830.113,41 impactando profundamente no resultado da companhia, diante das evidências podemos concluir que o tratamento adequado é a desconstituição da dívida por meio de aumento de capital.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos itens 1, 2 e 3 do tópico **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**, as demonstrações contábeis individuais acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S/A** em 31 de Dezembro de 2016.

Ênfase

1) Excluindo a receita de subvenção para investimento no valor de R\$ 557.639.074,10 e a despesa com a atualização da dívida remitida no valor de R\$ 36.685.240,42 no exercício findo em 31/12/2016 a companhia auferiria prejuízo no valor de R\$ -9.476.432,34, o que configura necessidade de medidas de redução de custos, aumento de receitas, intensificação de cobranças além de outras afim de assegurar a continuidade de suas operações.

Outros Assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, contendo parecer sem ressalvas e com ênfases em 25 de Fevereiro de 2016, consequentemente não emitimos opinião sobre elas.

DT Leite Contadores Auditores e Peritos – ME

CRC/PR 008266/O-2

Daniel Teixeira Leite

Responsável Técnico

CRC/PR 057739-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S/A, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reportando-se aos exames que fizeram sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme consta nos respectivos atos que abrangem inclusive balancetes mensais e analisando as demonstrações financeiras em conjunto com as notas explicativas, bem como o respectivo relatório da auditoria independente, entendem que as contas apresentadas estão formalmente em ordem e em condições de serem apreciadas pelos Senhores Acionistas na Assembléia Geral Ordinária.

Curitiba, 30 de Março de 2017.

Rubens Valério Franco Soffiatti

Conselheiro Fiscal 2016

Jane Mendes Ferreira

Conselheira Fiscal 2016

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos	Instituição	Eleição
Gustavo Bonato Fruet	Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC	51ª AGO
Eleonora Bonato Fruet	Secretaria Municipal de Finanças – SMF	51ª AGO
Clarice Zendron Dias Tanaka	Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S/A	51ª AGO
Daniela Rosset	Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S/A	51ª AGO
Edson Luiz Campagnolo	Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP	51ª AGO
Pedro José Steiner Neto	Universidade Federal do Paraná – UFPR	51ª AGO
Sérgio Povoá Pires	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC	51ª AGO
Celso Luiz Gusso	Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba – AECIC	51ª AGO
Marcelo Araújo Brandão	Instituto de Engenharia do Paraná – IEP	51ª AGO

Membros Suplentes	Instituição	Eleição
Hélio Bampi	Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP	51ª AGO
Marcos Wagner da Fonseca	Universidade Federal do Paraná – UFPR	51ª AGO
Miguel Antonio Leoni Gaissler	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC	51ª AGO
Martinho Faust	Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba – AECIC	51ª AGO
Flávio Hermógenes Gaspar	Instituto de Engenharia do Paraná – IEP	51ª AGO

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos	Instituição	Eleição
Rubens Valério Franco Soffiatti	Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC	53ª AGO
Jane Mendes Ferreira	Universidade Federal do Paraná – UFPR	53ª AGO

Membros Suplentes	Instituição	Eleição
Antonio de Oliveira	Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC	53ª AGO

WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA
Diretor Presidente

MATEUS MARANHÃO RAMOS
Diretor Administrativo e Financeiro

MARIA DO ROCIO CENTO FANTE
Contadora – CRC – PR 044975/O-9